

**Curso/Disciplina:** Direito Processual Civil

**Aula:** Teoria da Ação – Parte IV - 09

**Professor(a):** Alexandre Flexa

**Monitor(a):** Adriana Vasconcellos Pereira

## Aula nº 09

### Teoria da Ação

- **Teoria da Asserção – (Condições da Ação)**
  - 3) Teoria Abstrata- Primeira Teoria que desvinculou o direito de ação do direito material essa teoria abstrata é a melhor teoria.
  - 4) Teoria Eclética CPC/2015- (artigo 17 CPC/artigo 485, VI)- É uma pequena variação da teoria abstrata, (direito de ação não é incondicionado, está condicionado ao preenchimento de 2 requisitos, chamados condições da ação, legitimidade e interesse.  
Teoria eclética por causa das condições da ação essa teoria não é a melhor.  
O problema está nas condições da ação.
  - Teoria da Asserção não está prevista na lei foi criada pela doutrina, encampada pela jurisprudência e tem 1 objetivo corrigir o problema criado pela existência da condição da ação.  
Ex.1: Cleber me emite um cheque, valor R\$ 100 mil reais tem mais de 6 meses do prazo de apresentação desse cheque não posso ajuizar uma ação de execução de título extrajudicial, tenho que ajuizar uma ação de conhecimento.
    - Ação Judicial proposta por mim (Flexa) em face do Cleber.
    - PI, conclusão da inicial -> cite-se e intime-se as partes para audiência de conciliação, audiência de conciliação realizada não teve acordo, prazo 15 dias para Cleber oferecer contestação.
    - > Pedido do autor tem que ser julgado improcedente porque nunca emite esse cheque -> assistência é falsa, exame grafotécnico, laudo da perícia-> assinatura é falsa
    - > Sentença
      - 1) Improcedência (sentença de mérito)
      - 2) Resolução do processo sem resolução do mérito
    - Se não foi o Cleber que assinou o cheque não tem relação jurídica não tem legitimidade passiva, se falta legitimidade passiva para ação a sentença deveria ser de extinção do processo sem resolução do mérito, e ao mesmo tempo condição da ação e mérito.
    - Legitimidade e interesse são o mesmo tempo condição e mérito.
    - > O juiz pode proferir sentenças com mérito e sem mérito.
  - Qual deveria ser a opção do juiz julgar com mérito ou julgar sem mérito?
    - Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:
      - VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;
    - Art. 488. Desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do [art. 485](#).
- ➔ Julgar com mérito faz coisa julgada material.

- Se o juiz pode julgar tanto sem mérito ou com mérito é melhor julgar com mérito, princípio da primazia do mérito artigo 488 CPC.
  - Por lógica, se existe uma causa do processo sem resolução do mérito é porque o juiz está proibido de apreciar o mérito.A solução para esse problema chama-se teoria da asserção.
  - Ação proposta pelo Zé em face do Pedro.
  - PI-> atos processuais-> sentença-> improcedente o pedido do Zé-> apelação do Zé.
  - Quem é o autor dessa ação -> Zé
  - Quem é o apelante dessa ação -> Zé
  - Autor e apelante são a mesma pessoa, atribui dois nomes: autor e apelante, porque atribuo dois nomes diferentes para Zé? Para identificar a fase em que me encontro.
  - Quando chamo Zé de autor ainda não teve recurso, quando chamo Zé de apelante com certeza o Zé interpôs apelação.
  - > Identificar em que momento do processo me encontro.  
  - PI- legitimidade das partes e interesse de agir são ao mesmo tempo, condição da ação e mérito, (tem dois nomes para identificar o momento do processo).Tem um determinado momento que é o marco divisório do processo (apelação)-> antes é chamado condição da ação -> depois desse marco divisório é chamado de mérito.
- Se falta condição -> extinto sem resolução de mérito artigo 485, VI CPC,
- Ausência do mérito -> mérito de improcedência artigo 487, I CPC.
  - ➔ Isso é teoria da asserção
- Que momento é esse?

Asserção vem do verbo asserir, sinônimo de afirmar significa teoria da afirmação.

  - Alguns autores chamam também de teoria da prospecção, porque foi criada na Itália.
  - Esse momento é o momento que as partes param de fazer afirmações, o autor faz suas afirmações de fato na inicial e o réu faz suas afirmações de fato na contestação.
  - Se o juiz leu a PI e viu que a condição extingue sem mérito por carência da ação (artigo 485, VI CPC), mas se leu a PI do autor e as afirmações e contestações do réu e não foi capaz de verificar se falta legitimidade ou interesse (produção de provas)-> falta mérito para autor (artigo 487, I CPC)-> improcedência limite é a conclusão da contestação (resultado).
  - Nasceu com o objetivo para resolver um problema criado pela existência da condição da ação.